ÁGUAS DO SERTÃO S.A, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.456.117/0001-12, com endereço na Pc Clementino do Monte, s/n, Centro, Penedo – AL, CEP 57.200-000, torna público que requereu ao **Instituto o Meio Ambiente de Alagoas – IMA/AL, vem tornar a público a Licença Ambiental Simplificada (LAS)** para Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Água Branca– AL. Foi determinado Estudo Ambiental Simplificado (EAS).

NOME DA EMPRESA: **BARBOSA BRITO CLINICA MEDICA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 46.726.374/0001-90, situada na AV. VEREADOR DÁRIO MARSÍGLIA, TABULEIRO DOS MARTINS, Nº 188 - MACEIÓ/AL – CEP Nº. 57081-015, com atividades de: 86.30-5-03 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS. Torna público que requereu ao INSTITUTO DE PESQUISA, PLANEJAMENTO E LICENCIAMENTO URBANO E AMBIENTAL – IPLAM, Maceió/AL, a **RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL de "OPERAÇÃO"**, para o empreendimento denominado "BARBOSA BRITO CLINICA MEDICA LTDA – CHECK-UP SAÚDE - CLÍNICA JÁ EM FUNCIONAMENTO", situada na AV. VEREADOR DÁRIO MARSÍGLIA, TABULEIRO DOS MARTINS, Nº 188 - MACEIÓ/AL – CEP Nº. 57081-015 - Foi solicitado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS).

Jose Francisco Gomes da Silva, inscrito no CPF sob o número 036.868.494-61, residente no Povoado Bom Nome, S/N, zona rural de Pão de Açucar /AL, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas - IMA, **autorização para aprovação e execução do Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD**, referente a área situada no imóvel denominado SÍTIO BOM NOME, localizado na zona rural de Pão de Açucar /AL.

NOME DA EMPRESA: **FRINSCAL –DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.504.437/0002-31, situada na Avenida Lourival de Melo Mota, nº. 13.177 – Bairro: Santos Dumont –Maceió/AL – CEP Nº. 57.075-000, com atividade de: COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOSALIMENTÍCIOS EM GERAL. Torna público que requereu para INSTITUTO DE PESQUISA, PLANEJAMENTO E LICENCIAMENTO URBANO E AMBIENTAL - IPLAM, Maceió/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL de "REGULARIZAÇÃO DE: PRÉVIA, IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO",** para o empreendimento denominado "FRINSCAL - DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE ALIMENTOS", Avenida Lourival de Melo Mota, nº. 13.177 – Bairro: Santos Dumont – Maceió/AL – CEP Nº. 57.075-000 - Foi solicitado, o Estudo de Capacidade Ambiental (ECA) e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)

MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO BOM JESUS LTDA, CNPJ 44.409.943/0001-48, Rua Felisberto Ataide, S/N, Toque, São Miguel dos Milagres/AL, CEP: 57940-000. Torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas a **Renovação de Licença de Operação** do empreendimento Madeireira Bom Jesus.

A **Merconplas Industrial de Plásticos Comércio Ltda**, inscrita no CNPJ 40.917.346/0001-73, localizada na Rua Francisco Firmino de Oliveira, nº 60, Nova Esperança, Arapiraca/AL, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, a **Renovação da Licença de Operação**, para atividade de fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

E R FERREIRA BOLO & CIA, 13.121.297/0001-95,R COSTA GAMA, 769, PRIMAVERA, Arapiraca – Alagoas, CEP 57.304-250 , torna público que requereu a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Município de Arapiraca - Al a **Regularização da Licença Ambiental De Operação** de uma FABRICA DE BOLO , em Arapiraca - Al.

A EMPRESA **COUTO E CIA LTDA**, INSCRITA NO CNPJ Nº 11.170.526/0001-36, LOCALIZADA RUA SEBASTIAO FLORENTINO DOS SANTOS, Nº22, BAIRRO GUARIBAS, ARAPIRACA-AL, COM ATIVIDA DE PRINCIPAL COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS , POR MEIO DE SEU REPRESENTANTE JEANE PATRICIA DA SILVA COUTO, TORNA PÚBLICO QUE SOLICITA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DE ARAPIRACA DE: **RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO (RLO).**

OS MENINOS DO GAS LTDA, firma estabelecida na Rua R Linduarte Cicero da Silva, n° 01, Quadra C, Alto das Colinas, Taquarana - Alagoas, CEP 57.640-000, inscrita no CNPJ nº 59.122.430/0001-29, com ramo de atividade: Transporte rodoviário de produtos perigosos torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente (IMA), a **Autorização de Transportes de Produtos Perigosos** conforme a legislação ambiental vigente.

Prefeitura Municipal de Mata Grande, CNPJ: 12.226.205/0001-79, R: Ubaldo Malta, Nº 107, Bairro: Centro, Mata Grande/AL torna público que requereu ao IMA/AL uma **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL** para as obras de **CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS** localizados às margens da Rodovia AL 145, no sítio Morada em Mata Grande/AL.

CARLOS EDUARDO MARIANAO DE GODOY
Biólogo
Matrícula nº 17629

Prefeitura Municipal de Mata Grande, CNPJ: 12.226.205/0001-79, Rua: Ubaldo Malta, Nº 107, Bairro: Centro, Mata Grande/AL torna público que requereu ao IMA/AL uma **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL** para as obras de **CONSTRUÇÃO DA ESCOLA 13 SALAS** localizada às margens da Rodovia AL 145, no sítio Morada em Mata Grande/AL.

CARLOS EDUARDO MARIANAO DE GODOY
Biólogo
Matrícula nº 17629

NOME DA EMPRESA: HIGITECN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **20.617.376/0001-57,** situada na RUA K, Nº. 00 – QUADRA 12 - LOTE 25 - BAIRRO: CIDADE UNIVERSITÁRIA – MACEIÓ/AL – CEP Nº. 57.073-482, com atividades de: **20.52-5-00 - FABRICAÇÃO DE DESINFESTANTES DOMISSANITÁRIOS.**Torna público que requereu ao **INSTITUTO DE PESQUISA, PLANEJAMENTO E LICENCIAMENTO URBANO E AMBIENTAL – IPLAM,** Maceió/AL, a **RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE "OPERAÇÃO",** para o empreendimento denominado **—HIGITECN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA‖,** situado na RUA K, Nº. 00 – QUADRA 12 - LOTE 25 - BAIRRO: CIDADE UNIVERSITÁRIA – MACEIÓ/AL – CEP Nº. 57.073-482. – **Não foi solicitado Estudos Ambientais.**

S/A USINA CORURIPE AÇÚCAR E ÁLCOOL

C.N.P.J 12.229.415/0001-10

USINA CORURIPE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2026
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO 2026	2025
Resultado do exercício	**92.586**	**513.023**
Movimento no exercício:		
Variação do valor justo		
Derivativos de câmbio - opções / NDF	192.672	(130.451)
Derivativos de câmbio - cross-currency swap	(3.493)	145.648
Derivativos de juros - interest rate swap	(208.213)	(180.573)
	(19.034)	(165.376)
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de câmbio - opções / NDF	(123.823)	74.161
	(123.823)	74.161
Reconhecimento no resultado financeiro		
Derivativos de câmbio - cross-currency swap	14.363	(157.005)
Derivativos de juros - interest rate swap	231.231	73.904
Não derivativos cambiais - dívidas		(6.855)
	245.594	(89.956)
Total movimento no exercício		
Derivativos de câmbio - opções / NDF	68.849	(56.290)
Derivativos de câmbio - cross-currency swap	10.870	(11.357)
Derivativos de juros - interest rate swap	23.018	(106.669)
Não derivativos cambiais - dívidas		(6.855)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(34.931)	61.598
	67.806	(119.573)
Resultado abrangente do exercício	**160.392**	**393.450**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2026
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

			Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial				
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a deliberar	Hedge accounting	Deemed Cost	Transação de capital com acionista	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2024	867.567	(1.215)	95.342	408.845	1.507.436	(7.428)	44.892			2.915.439
Realização de custo atribuído							(7.186)		7.186	
Resultado com derivativos - hedge accounting						(119.573)				(119.573)
Lucro líquido do exercício									513.023	513.023
Destinação do lucro										
Constituição da reserva legal			25.651						(25.651)	
Dividendos mínimos obrigatórios									(17.699)	(17.699)
Retenção de lucros					476.859				(476.859)	
Em 31 de março de 2025	867.567	(1.215)	120.993	408.845	1.984.295	(127.001)	37.706			3.291.190
Integralização de capital	2.050.000			(115.702)	(1.934.298)					
Realização de custo atribuído							(6.679)		6.679	
Resultado com derivativos - hedge accounting						67.806				67.806
Lucro líquido do exercício									92.586	92.586
Destinação do lucro										
Constituição da reserva legal			4.629						(4.629)	
Dividendos distribuídos					(50.000)			8.235	(11.408)	(53.173)
Retenção de lucros					83.228				(83.228)	
Em 31 de março de 2026	2.917.567	(1.215)	125.622	293.143	83.225	(59.195)	31.027	8.235		3.398.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

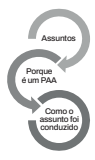
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PORQUE É UM PAA

Mensuração do valor justo de ativos biológicos - Notas 2.12 (b) e 12

Os ativos biológicos (lavouras de cana-de-açúcar) da Companhia são mensurados ao valor justo menos despesas de venda, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para estes ativos.

A determinação do valor justo menos despesas de venda destes ativos biológicos é uma estimativa contábil crítica, com premissas que consideram dados de mercado e da própria Companhia, principalmente relacionadas à (i) área plantada, (ii) produtividade do canavial, (iii) quantidade e preço futuro do ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana-de-açúcar, (iv) custos de tratos culturais, (v) custos de capital (parceria agrícola para utilização de terras, máquinas e equipamentos e mão de obra); (vi) custos de oportunidade da planta portadora (ativo contributório) e (vii) taxa de desconto dos fluxos de caixa.

Em 31 de março de 2026, o resultado do ajuste a valor justo menos despesas de venda na valorização dos ativos biológicos foi estimado em R$ 162.164 mil de perda (2025 - R$ 12.170 mil de ganho), na Companhia e no Grupo.

Esse é um assunto de atenção de nossa auditoria, uma vez que há significativo julgamento em relação às premissas utilizadas no cálculo do valor justo menos despesas de venda, sendo que alterações dessas premissas podem impactar significativamente os resultados das operações e a posição patrimonial da Companhia e do Grupo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela diretoria para a mensuração desses ativos, bem como a análise e testes do modelo utilizado para essa estimativa.

Avaliamos também a razoabilidade da metodologia adotada, bem como da coerência lógica e aritmética do fluxo de caixa descontado e sua consistência em relação ao exercício anterior.

A consistência das informações e as principais premissas utilizadas foram comparadas com os indicadores-chave de monitoramento da diretoria e com dados externos divulgados para o setor sucroalcooleiro.

Também realizamos a comparação dos dados das avaliações feitas com as respectivas divulgações incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e na variação do valor justo dos ativos biológicos da Companhia, bem como efetuamos análises de sensibilidade, considerando diferentes cenários de preços futuros.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as premissas utilizadas pela diretoria da Companhia estão consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, bem como com as informações analisadas em nossa auditoria.

Provisão para perdas com adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar - Notas 1 (c), 2.12 (k) e 7

Conforme descrito nas notas explicativas acima indicadas, a determinação da provisão para perdas com os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar envolve julgamento significativo por parte da diretoria na determinação do montante a ser provisionado.

Na mensuração da referida provisão, a diretoria considera determinadas premissas tais como a capacidade estimada de fornecimento de cana-de-açúcar pelos fornecedores, a produtividade agrícola esperada, o prazo estimado para realização dos saldos e a existência de garantias vinculadas aos contratos, além de fatores climáticos e operacionais que podem afetar essa estimativa.

Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria em razão da sensibilidade e do grau de julgamento envolvido na avaliação das premissas utilizadas pela diretoria para mensuração desta provisão, cujos controles internos relacionados foram aprimorados nesse exercício, sendo que alterações dessas premissas podem impactar significativamente os resultados das operações e a posição patrimonial da Companhia e do Grupo

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a reconciliação dos relatórios auxiliares utilizados para a preparação das demonstrações contábeis, bem como a realização de testes sobre a integridade e a acuracidade das informações consideradas pela diretoria na determinação do valor da provisão para perdas registrada.

Testamos, em base amostral, as premissas utilizadas pela diretoria na mensuração da provisão, mediante a inspeção da documentação suporte relacionada à expectativa de fornecimento futuro de cana-de-açúcar, produtividade agrícola, ao prazo de vigência dos contratos, às garantias vinculadas aos referidos contratos, entre outros.

Executamos o recálculo dos montantes provisionados para confirmar a exatidão matemática da provisão determinada pela diretoria.

Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela diretoria, considerando informações históricas de fornecimento de cana-de-açúcar pelos fornecedores, dos resultados obtidos com a aplicação dos controles implementados pela diretoria, bem como o histórico de execução de garantias vinculadas aos respectivos contratos.

Realizamos a leitura das notas explicativas para verificar a consistência e suficiência das divulgações relacionadas ao tema.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e procedimentos aplicados pela diretoria, bem como as premissas utilizadas na determinação da provisão para perda com adiantamentos a fornecedores e as divulgações realizadas nas notas explicativas são consistentes com os dados e informações obtidos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 21 de julho de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4

Assinado por: Luis Fernando de Souza Maranha:268316
CPF: 26831678897
Data/Hora da Assinatura: 21 de julho de 2026 | 20:46 BRT
ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
BR
Emissor: AC SyngularID Multipla

Luis Fernando de Souza Maranha
Contador CRC 1SP201527/O-5

ADMINISTRAÇÃO

MARIO LUIZ LORENCATTO – Diretor Presidente
RAFAEL VENÂNCIO DE OLIVEIRA – Diretor Financeiro
CARLOS HENRIQUE PEREIRA MARQUES – Diretor de Produção Industrial
FRANCISCO VITAL ALVES DE SOUZA – Diretor Comercial
MARILUCI PINHEIRO ROSSI – Diretora de RH e Administrativo
TONI WESLEY TAVARES DOS SANTOS – Diretor de Produção Agrícola

CONTADORIA

DIRCEU OHLAND
CPF - 019.778.199-31
CRC/MS 007695/O-1 T-MG

TRIBUNA HOJE.COM

TODO CONTEÚDO EM VÍDEO VOCÊ ENCONTRA EM NOSSO CANAL NO YouTube

BUSQUE POR: PORTAL TRIBUNA HOJE

ASSINADO POR
COOPERATIVA DE PRODUCA E TRA - PJ
CNPJ 08951056000133
ACT-Safeweb 29/07/2026 20:20:34